



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 3, jul./dez. 2017

ISSN. 2317-0352

MILITÂNCIA EM COLETIVO FEMINISTA UNIVERSITÁRIO: aspectos relevantes para determinar a participação em espaços políticos

Cassiane Freitas Paixão¹

Ricardo Gonçalves Severo²

Resumo

O envolvimento com a militância política é o foco deste trabalho. Investigam-se quais são os elementos motivacionais que levam mulheres estudantes a engajar-se em um coletivo feminista que tem como ambiente de formação uma universidade pública, no sul do Brasil. Partindo de uma abordagem qualitativa, com aplicação de formulário semi-estruturado e entrevista em profundidade, elencam-se quais são as variáveis pertinentes para determinar o ingresso e continuidade da participação no grupo. Entre os elementos levantados preliminarmente, percebe-se que são diversas as motivações de acordo com os momentos de participação. No ingresso, conta a percepção de injustiças de ordem material e simbólica e a existência de oportunidade de participação em espaços que ofereça recursos para mobilização. Na continuidade da militância percebeu-se que é pertinente o reconhecimento do público-alvo, dos pares e, principalmente, o exemplo dado por quem é conferido o papel de *liderança* pelo conjunto do grupo.

Palavras-Chave: Militância. Movimento Social. Engajamento.

MILITANCY IN ACADEMIC FEMINIST COLLECTIVE: considerations on relevant aspects to determine participation in political spaces

Abstract

The involvement in political militancy is the focus of this work. To investigate what are the motivational factors that lead women students to engage in a feminist collective that takes place at a public university in southern Brazil. From a qualitative approach, applying a semi-structured questionnaire and in-depth interview, the relevant variables to determine the entry and continued participation in the group are listed. Among the elements raised preliminarily, it is clear that there are various motives according to the moments of participation. At the ingress, the perception of injustice of material and symbolic order and the existence of opportunities to participate in spaces that offer resources for mobilization are taken into account. Later on, it is noticeable that is pertinent to recognize the target audience, peers, and especially the example set by those who are given the leading role by the group as a whole.

Keywords: Militancy. Social movement. Engagement.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Graduação em Ciências Sociais pela UFPEL. Mestrado em Sociologia pela UFRGS. Doutorado em Educação pela Unisinos. E-mail: cassianepaixao@outlook.com

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Graduação em Ciências Sociais pela UFPEL. Mestrado em Ciências Sociais na UFPEL. Doutorado em Ciências Sociais na PUCRS. E-mail: rg.severo@hotmail.com

Introdução

O artigo busca identificar quais são as variáveis mais significativas para determinar a participação e engajamento em uma organização de movimento social (a partir de agora MS), utilizando como foco a análise de um coletivo feminista universitário no sul do Rio Grande do Sul. Questiona-se quais são as maneiras possíveis de aproximação dos indivíduos a um MS e como estes constroem estratégias para lidar com este espaço, considerando seus objetivos e, conseqüentemente, os que são traçados para os objetivos construídos para a organização. Segue-se a indagação de Seidl (2009) sobre quais são os “elementos [...] que geraram participações militantes (p.22)”.

A proposta aqui apresentada objetiva analisar a construção das trajetórias biográficas de engajamento. Esta criação e consolidação de um *ethos* ativista ocorre pelo envolvimento, sentimentos de injustiça e consolidação de uma identificação com a organização e seus participantes (STEKELENBURG, 2013), considerando ainda como variável significativa a presença de um *habitus* pretérito, verificável na observação da trajetória biográfica das envolvidas.

Ainda, ao considerar as razões do envolvimento, a literatura contemporânea acerca de ativismo e MS tem criticado a noção do indivíduo apaixonado, com envolvimento total em termos estritamente ideológicos (MATONTI; POUPEAU, 2006) ou, ainda, a concepção de identidade total com base somente na classe social (OLIVEIRA, 2009). Outros elementos, em especial os sentimentais (SEIDL, 2011; FLAM; KING, 2007) aparecem como significativos para determinar a participação, os quais apresentam-se aos aderentes como reconhecimento, identificação, injustiça, entre outros. Desta forma, focam-se os processos de socialização política dos sujeitos pesquisados, levando em consideração a socialização pretérita (familiar) e dentro do ambiente universitário, considerando-o um campo de aprendizado central para a formação de um *ethos* militante por parte dos sujeitos entrevistados (SEIDL, 2008; 2009).

Neste sentido, é relevante o sentimento de paixão, e dedicação com a causa, mediado pela atuação de agentes de confiança em espaços de atuação, e também de revolta contra algum agente que inflige ao grupo de referência algum sentimento de injustiça (STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2007; 2010), que, no caso específico desta pesquisa, apresenta-se como violência simbólica, configurando-se como atividade total ou missão o engajamento. O que envolve riscos e custos para quem participa (MCADAM; PAULSEN, 1993) e exige uma coerência na postura da atuação nos movimentos sociais e demais espaços sociais (OLIVEIRA, 2009).

No desenvolvimento da pesquisa, em razão da análise dos questionários, entrevistas e observação das atividades desenvolvidas pelo grupo, percebeu-se a necessidade de considerar os aspectos emocionais do envolvimento dos agentes militantes por constituir-se como elemento fundamental para entender os motivos da participação, seja para a entrada ou engajamento continuado em um movimento social. A análise das dinâmicas de participação na organização consiste na observação dos mecanismos de formação da rede informal (PASSY 2000; 2003; PASSY; GIUGNI, 2001), considerando-a de acordo com os momentos de inserção diferentes e a função de cada etapa, como e quais emoções estão envolvidas neste processo (STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2010; STEKELENBURG, 2010, 2013).

Foi necessário considerar a posição ocupada por estas agentes, pensando em aspectos como posse de capitais e consolidação de um *habitus* de maneira dinâmica, utilizando uma interpretação bourdiesiana para tal, além de atentar para o processo de socialização política (PETROVIC; STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2013) que tende a se estruturar na biografia do indivíduo como elemento a ser transferido e aplicado em todas as esferas da vida.

As redes compreendem os momentos de inserção do indivíduo em que as emoções têm papel importante. Em cada etapa da socialização o indivíduo encontrará normas que guiarão seu comportamento, interessando como irá se comportar em relação a elas.

Agentes são definidos como pessoas e/ou grupos sociais que se contextualizam num determinado cenário e possuem ações definidas por uma série de interações anteriores a sua conjuntura atual, ou seja, que fazem parte daquele momento e que são definidas e redefinidas a todo instante.

Tais classificações nos remetem ao suporte teórico de Pierre Bourdieu, tendo em vista que para este autor a sociedade não existe como uma totalidade, mas como intersubjetividade que tem origem na ação primeira do indivíduo (BOURDIEU, 1983a).

A realidade é compreendida como a percepção do mundo social através de uma dupla estruturação. Primeiro, do lado objetivo onde a realidade é socialmente estruturada, porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em combinações com probabilidades muito desiguais. Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação, em especial os inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico. Tais mecanismos concorrem para produzir um mundo formado por um consenso mínimo sobre o mundo social. (BOURDIEU, 1990).

Dentro dessas discussões, a relação entre o cenário e seus atores sociais é compreendida pela noção de que o espaço social tende a se retraduzir no espaço físico, sob a forma de certo número de agentes (atores e suas ações) e propriedades. (BOURDIEU, 2007, p. 164). O espaço social está construído de acordo com as posições ocupadas pelos agentes, submetidos a condicionamentos semelhantes, tendo assim, a possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes. As representações dos agentes variam segundo sua posição e interesses associados a ela, e segundo seu habitus, como sistema de esquemas de percepção e apreciação. (BOURDIEU, 1990).

Consideram-se assim os elementos anteriores como significativos para a compreensão do engajamento e partindo de uma perspectiva estrutural construtivista que compreende ser a realidade construída por séries de redes sociais, identificadas como “ilhas de significados” nas quais as pessoas envolvem-se em razão de variações biográficas e que, por sua vez, molda suas identidades (PASSY, 2000). A questão que se segue é de uma compreensão fenomenológica, que busca incluir a experiência individual para construção social, em especial à noção de *estoque de conhecimento*, que é a “...sedimentação de todas as experiências prévias do indivíduo, organizadas como uma posse que está facilmente disponível [...] e, enquanto uma posse exclusiva, trata-se de algo que é dado a ele e somente a ele (SCHUTZ, 2012, p. 85)”. Diferencia-se de tal perspectiva no que tange à exclusividade de tal estoque no que se refere ao agente buscando, portanto, relacionar determinantes estruturais e possibilidades de agência por meio do reconhecimento de ambas as esferas de experiência.

Assim, busca-se analisar as experiências e quais variáveis que atraem, mantém e, em alguns casos, distanciam as pessoas de organizações militantes com base em experiências adquiridas nas redes sociais e que geram expectativas de ação e/ou retorno, variando a compreensão do seu significado de acordo com a biografia, o que determinará, portanto, quais experiências são válidas ou não. Para tanto, centra-se na análise de quais elementos são pertinentes para compreender os processos de adesão, engajamento e desengajamento em uma organização política.

Para obter tal conhecimento busca-se entender como a *visão de mundo* é consolidada, denifida aqui como a adoção de determinados valores e que são o resultado da experiência cotidiana e plural e que pode mudar de acordo com as interações nestes espaços sociais. Portanto, ao observar a conjuntura, a organização, os sujeitos envolvidos e quais são as dinâmicas mais relevantes dentro de um espaço significativo para essas pessoas, torna-se possível compreender quais os resultados para a trajetória individual e também para o MS como um todo, compreendendo tais elementos como, necessariamente, relacionais.

Consolidação do *Ethos* militante: redes, emoções e riscos

Como militantes, entende-se aquelas pessoas que tornam a política um *estilo de vida*, o qual é construído de maneira progressiva à medida que se envolve com outras pessoas que já participam de organizações políticas (OLIVEIRA; PETRARCA, 2010). Tal estilo de vida se dá pela *socialização política* que:

[...] diz respeito especificamente à transmissão e à aquisição de valores, condutas, percepções e preferências sobre a política. Sendo assim, podemos afirmar que todo indivíduo é socializado politicamente, embora as características e efeitos desse processo possam variar enormemente: em um plano micro, segundo a origem social, a trajetória familiar, nível de instrução, ocupação ou profissão dos indivíduos; e em um plano macro, em função de determinadas conjunturas econômicas, sociais e políticas [...] (TOMIZAKI; CARVALHO-SILVA; SILVA, 2016, p. 938).

Considerando estes elementos, a estrutura diz respeito a realidades abrangentes da conjuntura política e ao micro do escopo de interações imediatas, elemento no qual daremos ênfase analítica neste artigo, em especial nos incentivos, trajetória biográfica e na formação de laços sociais com militantes são relevantes para compreender o processo de engajamento em um MS.

Sua rotina passa a estar envolvida com a política, seja no estudo, lazer ou trabalho. Também passam a explicar e compreender sua participação e envolvimento em diversas áreas sociais a partir da política e fazem de sua vida uma entrega à política, realizando-se em alguma organização que se integre a um MS. Assim, este espaço, designado como campo social, é entendido enquanto uma estrutura social composta por indivíduos em interação e que compartilham características comuns, principalmente acerca do seu entendimento deste espaço e das posições que ocupam de acordo com os capitais que dispõem. É um espaço de luta, interna ou externa, de constituição dinâmica de uma *visão de mundo* legítima, é entendida nesse contexto como sinônimo de rede (BOURDIEU, 2004). Esta estrutura é privilegiado para o entendimento de como os indivíduos são seduzidos a participar a partir da construção de *frames* interpretativos, que são as maneiras como determinada temática social é interpretada por meio de uma definição compartilhada por uma coletividade (MCADAM; TARROW; TILLY, p. 16: 2001) e como pode ser construída de forma a tornar-se objeto de ação coletiva (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Resta a dúvida sobre a origem do ativismo.

McAdam (1986) sugere como possibilidade a existência de uma “afinidade atitudinal” com os objetivos do movimento, resultado da socialização familiar ou de círculo de amizades, o que

poderia ser compreendido como uma pré-disposição. O mesmo autor ainda se refere à importância dos laços sociais, colocando em dúvida o que é mais importante: o número de contatos, a saliência ou a centralidade desses laços para determinar o ativismo (MCADAM; PAULSEN, 1993). Também sugere que a adesão pode ocorrer pelo pertencimento a determinada comunidade que tem seus interesses (materiais ou simbólicos) atingidos de alguma maneira, requerendo a participação em algum protesto (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Ainda nesse sentido, Oliveira (2010) chama atenção para redes e laços interpessoais que o indivíduo participava de maneira prévia ao ingresso no ativismo de fato, o que se verifica pela relação com lideranças de movimentos e que lhes apresentam aos poucos os valores dessas organizações, sugestão que tem afinidade com a interpretação de Florence Passy (2003).

Nessa perspectiva, o contexto macrossocial, considerado como oportunidades estruturais e estruturas de mobilização, são cenários e processos que criam as redes sociais (PASSY, 2000), as quais construirão os frames e repertórios de disputa de maneira dinâmica pelos indivíduos neles engajados. No entanto, há de ocorrer alguma forma de atração, contato, para que haja adesão e, conseqüentemente, ação coletiva. Assim, percebida a situação de injustiça, torna-se mais provável o engajamento caso seja diretamente perceptível uma estrutura e pessoas que tenham afinidade atitudinal com o tema. No caso, a universidade e o coletivo ou ativistas que debatem publicamente o tema.

A ação coletiva ou o desejo de se integrar é mediado, então, pela existência de laços sociais (MCADAM, 1986) que facilitam a relação do indivíduo com o movimento em questão. Tais laços são pessoas amigas ou conhecidas, compreendidos como *conexão estrutural* (PASSY, 2002), no sentido que ligam espaços que não teriam, se não fosse por eles, nenhuma relação direta. Estas relações sociais criam e sustentam uma estrutura de significados que contribuem para a definição das percepções e preferências dos indivíduos através da convivência cotidiana.

Porém, não basta que o agente recrutador entre em contato com o indivíduo para que este venha a engajar-se. Para que isso ocorra, além da percepção da importância da pauta política, o indivíduo tem que apresentar *disponibilidade biográfica* para tal. Isso ocorre quando não existem *constrangimentos pessoais* significativos em sua participação em um MS. Esses constrangimentos advêm de outras esferas sociais de pertencimento que podem concorrer com o engajamento, como, por exemplo, trabalho em tempo integral, responsabilidades familiares, entre outros (MCADAM, 1986).

Disso, resulta que é mais admissível que existam perfis prováveis de militantes, e no caso desta pesquisa são jovens que somente estudam, e que têm à sua disposição a estrutura e rede de parte da universidade para realização de suas atividades. É interessante compreender como essa visão é constituída considerando-se o processo de inserção na rede, utilizando o modelo de Florence Passy que, conforme exposto anteriormente, trata de uma perspectiva estrutural construtivista com ênfase na formação de redes sociais.

Para Passy (2000; 2003) é mais provável que o engajamento ocorra quando há uma relação social pretérita com o agente recrutador, do que se tal contato ocorrer por meio de organização formal. Deriva daí a noção da importância das redes, considerando a **socialização**, o **recrutamento** e também a continuidade do ativismo (**molde**), tal qual elaborado pela autora.

Estas redes sociais são realidades fenomenológicas e “*ilhas de significados*” que moldam a decisão dos atores e permitem a reconstrução dos processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos construídas cotidianamente (PASSY, 2000, p.9), o que ocorre de maneira processual considerando o envolvimento progressivo na rede.

A **função recrutadora** ocorre em razão do contato em uma rede prévia ao engajamento com um integrante da rede de militantes. Seria a oportunidade estrutural incorporada em um sujeito “de confiança”.

Tais sujeitos criam uma relação de confiança que se expressa em uma clareza de opiniões ou posições sobre determinado tema, e seria positiva, caso se aproximasse da opinião do sujeito e fosse diretamente dirigida a ele e não a terceiros. Ainda, a confiança dá-se com aqueles com capital político consolidado no campo. A conversão de capital para a outra esfera social é mais provável quando os sujeitos compartilham o mesmo campo, pressupondo-se que o que fala é factível e que as demais pessoas envolvidas são de mesma matriz identitária, ou seja, compartilham valores comuns e que consolidam-se numa *visão de mundo* compartilhada. Conta, ainda, a posição do recrutador dentro do campo para delimitar a posição do recrutado e a intensidade de militância.

A **função modeladora** dá-se na interação com os participantes do projeto político. Conta a diferença de status dentro do grupo, por meio de capital político e militante, para verificar-se a transmissão de normas comportamentais aceitas. As regras têm de ser relativamente fixas e comuns. Os integrantes mais antigos da rede militante transmitem as normas comportamentais e integram o novo militante no cotidiano do grupo.

A **função socializadora** das redes ocorre por meio de um processo de identificação, considerando que as pessoas compartilham alguns valores que são defendidos pelos movimentos, o

MILITÂNCIA EM COLETIVO FEMINISTA UNIVERSITÁRIO: aspectos relevantes para determinar a 91
participação em espaços políticos | Cassiane Freitas Paixão | Ricardo Gonçalves Severo

que as levam a se engajar. A participação leva-as a reproduzir a identidade coletiva e estas são criadas e moldadas por meio de relações sociais (PASSY, 2000; 2003). A mera existência dessas esferas não resulta mecanicamente em aceitação de regras. Estas são aceitas e perpetuadas no processo de interação continuada, realizado por meio de narrativas, símbolos, rituais etc.

Nesse período, o indivíduo constrói, pela experiência, os quadros cognitivos que servirão para interpretar a realidade social e traçar estratégias de ação com base nestas representações coletivas. Tais representações serão mais facilmente criadas à medida que o indivíduo envolve-se com maior intensidade no grupo. Há, ainda, a consideração dos riscos e custos no envolvimento e também a disputa pelo pertencimento.

Quando há apoio familiar na participação política, sendo traço biográfico do indivíduo a participação política de familiares ou pelo menos a sua aceitação, não haverá constrangimento ou impedimento para que venha a se engajar.

Os impedimentos podem se expressar de forma mais precisa ao especificar o tipo de militância em razão de seus **riscos e custos** (MCADAM; PAULSEN, 1993). Risco, diz respeito à avaliação de possíveis perigos na participação política, seja na própria participação ou, ainda, quando sujeitos de outras esferas sociais na qual o indivíduo transita tomam conhecimento de sua participação. Os custos dizem respeito ao tempo, ao dinheiro e à energia a se despender no envolvimento com o projeto ou ainda a episódios críticos, com possibilidades de confronto físico com os antagonistas.

Tais episódios críticos servem, inclusive, para diferenciar o tipo de participação e na formação de militantes. A identificação é consolidada quando, apesar dos riscos, os aderentes mostram-se solidários diante dos demais, ao permanecer no MS mesmo em situações adversas, situação que define aqueles que se consideram militantes. Desenvolve-se, então, convivência e distinção de outros grupos (CUCHE, 1999) e é contextual, pois surge da convivência cotidiana (WOODWORD, 2009).

Assim, partindo dos trabalhos de Stekelenburg e Klandermans (2007; 2010) centrada na análise da trajetória de ativistas de MS, compreende-se que a identidade coletiva é uma definição compartilhada e interativa, produzida por diversos indivíduos. É necessário ser concebida como processo por ser construída e negociada por ação repetitiva em inter-relações que ligam os indivíduos aos grupos e do qual derivam seus valores e sentimentos, assim como sua ideologia. Trata da consciência de quem se é e de quem são os outros.

Ressalta-se que é processual, de acordo com a trajetória e a localização do indivíduo, e considera tanto a identidade pessoal, referida a atributos (*expertises*, que gerarão capital militante) e sentimentos de singularidade que auxiliam na aquisição de espaço dentro de um campo, quanto à identidade social, que permite a escolha de quais campos pertencer ou transitar. Há uma relação dinâmica entre ambas as identidades.

Quando há maior relevância na identidade social, o indivíduo está mais sujeito às normas do campo, pois se sente como representante de uma coletividade que percebe como igual a si. É a passagem do *eu* para o *nós* que transforma identidade pessoal em coletiva. Tal identidade coletiva é mais do que o traçado de um limite cognitivo, é uma emoção. Resulta que os indivíduos passam a pensar, agir e sentir de forma compartilhada com o grupo.

Para tal, os membros de um grupo têm de experienciar uma crescente consciência compartilhada em relação a injustiças, e uma ideia clara de quem é o inimigo/adversário responsável por alguma injustiça (STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2007). Isso é proporcionado nos MS que possibilitam um canal de expressão de injustiças percebidas por grupo(s) de referência e guia comportamental. Tal guia pode ser incorporado por uma agente de confiança, dotado de capital simbólico, recurso que é valorizado por um grupo e que é variável de acordo com o campo de referência e que “[...] existe apenas na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença, pelo crédito, pela confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que consegue obter a crença em sua existência” (BOURDIEU, 2007, p.201). Este agente de confiança define a pauta política relevante para o indivíduo, dada a impossibilidade cognitiva de recolher a totalidade de informações disponíveis na sociedade.

Ocorre uma forma de economia das fontes que servem para gerar compreensão de contextos sociais, ou, ainda, um filtro pelo qual o sujeito recolhe as informações que lhes parecem pertinentes. Uma forma de selecionar as informações dá-se pela escolha de indivíduos que servem como fontes tidas como confiáveis, dado o estabelecimento de um relacionamento perene, que ocorre no estabelecimento de laços fortes. É uma forma de atalhar o processo cognitivo no caminho da tomada de decisão.

Estas reconstruções idiossincráticas das crenças coletivas em nível individual criam uma variedade de conteúdo na identidade social e são variáveis, dadas as trajetórias individuais e, assim, nem todo o integrante de um movimento social tem identidade social idêntica, mas sente-se, enquanto coletividade, por compartilhar um conhecimento comum do campo social. Também

seguem protótipos de comportamento, ligados ao grupo, assim como um roteiro relacionado ao que já conhecem da forma de agir deste grupo. É a rotina, forma de conhecer o que fazer sem riscos.

Compreende-se ainda que existem três tipos de informação que podem chamar a atenção dos indivíduos:

- 1 – quando interesses materiais estão em jogo;
- 2 – simpatias e ressentimentos que sentem em relação ao grupo;
- 3 – comprometimento com os princípios políticos relacionados às questões políticas (STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2007).

Estes elementos são pertinentes para a compreensão da adesão individual no MS, mas há uma diferenciação no que tange à intensidade no engajamento, expresso pela energia e tempo despendidos no projeto, e percebe-se que os militantes são categorizados de acordo com o tempo durante o qual permanecem vinculados e também de acordo com os riscos advindos das características da causa defendida. Ainda se considera em termos de tempo e esforço despendido.

A participação duradoura é importante por ser o que mantém o MS funcionando. É uma minoria dos participantes, em termos gerais. A investigação do engajamento, nesse sentido, detém-se na observação biográfica, tanto pretérita quanto na atuação junto ao MS, e considera as questões de continuidade e conversão biográfica (prévios à entrada no MS) e também no declínio do comprometimento (STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2010).

A consolidação do *habitus* ocorre pela ação dentro de um contexto específico e é possível que seja incorporado pelo indivíduo tanto em razão da proximidade social com os participantes do campo em questão, o que se observa por uma coincidência biográfica, assim como por um *trabalho de representação*, investimento de recrutamento em determinado campo na tentativa de que o outro aceite e incorpore a *visão de mundo*. Esta é construída considerando-se a percepção adquirida ao longo da trajetória social, que se dá pela circulação em determinados espaços sociais e pela forma de inserção nestes, e será variável de acordo com a posição social do recrutador, expressa em capital simbólico, que, no caso deste estudo, os que têm maior significância são os capitais políticos (BOURDIEU, 2004) e o capital militante³ que levam a comportamentos e uso de atribuições que são próprios a estes espaços, e expressos através de estilos de vida.

3 [...] incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, ele abrange um conjunto de saberes e de *savoir-faire* mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intra-partidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos, e, assim, suscetíveis de facilitar certas reconversões (MATONTI; POUPEAU, 1996, p. 130).

Coletivo feminista universitário: estrutura de mobilização, laços, liderança e coincidência biográfica

A organização escolhida para análise foi um coletivo de estudantes universitárias em uma universidade do interior do Rio Grande do Sul/Brasil. Este grupo aborda questões feministas e é composto por jovens com idades de dezessete a vinte e seis anos. O grupo existe desde abril de 2013, tendo início após conversa das estudantes durante um processo de ocupação na universidade, cuja pauta era a demanda nas condições de infraestrutura.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com todas as integrantes do coletivo em novembro de 2014 e uma entrevista em profundidade com a integrante apontada como liderança pelas demais respondentes, de forma a buscar captar quais são as variáveis mais significativas para determinar as motivações de engajamento no grupo, assim como a intensidade de participação, liderança, pautas abordadas, motivações e as formas de atuação. Também procurou-se compreender quais são os elementos que propiciam ou facilitam o desenvolvimento das atividades do grupo.

A atuação militante do coletivo se dá na realização de debates sobre temas como o parto humanizado, violência contra a mulher, participação política e discriminação sexual, abordando também a temática GLBT. Realizam colagens pela cidade, exibição de filmes (*cinéfeminista*), debates e também tem uma página na rede social *facebook* no qual buscam fazer campanhas e postagens de suas atividades e de terceiros.

A diferenciação dos espaços de interação face a face e virtuais parece, pelo que se observou, corresponder a funções diferenciadas para os ativistas. Estes espaços, como reuniões e debates, servem para a consolidação da identidade coletiva do grupo por meio de socialização continuada, além de ser uma forma de recrutamento direto junto a possíveis aderentes ao coletivo. Já os espaços virtuais, mesmo servindo também à divulgação das atividades do coletivo, principalmente com convites e divulgação das atividades presenciais, aparece como uma arena de conflito, em que são veiculados os valores do grupo e das militantes, mas também onde se dão os maiores embates com pessoas de opiniões divergentes.

Como motivações para os engajamentos foram comentadas situações vivenciadas de injustiça ou opressão, seja de gênero ou sexual, tanto consigo quanto contra pessoas próximas. Os principais espaços de referência para a sensibilização sobre o tema foram a “casa” e a “escola”. Assim, situações vivenciadas nestes espaços, considerando tanto exemplos categorizados como positivos

MILITÂNCIA EM COLETIVO FEMINISTA UNIVERSITÁRIO: aspectos relevantes para determinar a 95
participação em espaços políticos | Cassiane Freitas Paixão | Ricardo Gonçalves Severo

(estímulos) quanto negativos (riscos), serviram como fonte de motivação à participação.

A entrevista *A* traz experiências consideradas inspiracionais, advindas do mundo familiar, e relata:

A temática do feminismo foi sendo introduzida no meu cotidiano especialmente com a convivência com minha mãe e tia. Acredito que passei a me interessar inicialmente pelo que via a partir do contato com elas. Em um primeiro momento, observava a independência delas seja na vida profissional e pessoal. Com isso, ao perceber que existiam realidades diferentes ao entrar na faculdade e me deparar com uma interpretação mais acadêmica da igualdade de gênero, passei a me interessar cada vez mais (Entrevista A. Novembro de 2014).

A entrevista *B* relaciona tanto experiências negativas do ambiente escolar, quanto positivas do ambiente familiar, para justificar sua participação nesta forma de militância.

Quando uma professora da 1ª série disse que não poderia ser astronauta por ser menina. Por mais que não fosse a palavra específica feminismo, meus pais sempre me ensinaram que eu poderia e deveria fazer o que eu quisesse, porque todos deveriam ter direitos iguais. Assim, antes mesmo de entrar em um coletivo feminista, já me sentia feminista, principalmente pela minha criação (entrevista B. Novembro de 2014).

Já a entrevista *C* traz sua motivação de experiência negativa do ambiente familiar e pelo contato com o feminismo na escola.

Passei a me interessar no feminismo quando tinha dezesseis anos, onde tive contato com a temática na escola e passei a perceber a importância desta corrente para meu crescimento, sendo que possuo histórico de machismo na família e me propus a estudar sobre e conhecer mais (Entrevista C. Novembro de 2014).

Apesar de espaço distintos, as estratégias e as disposições dentro dos espaços sociais sinalizam o engajamento.

Também aparece como significativo o fato de todas já se conhecerem previamente, como colegas de aula ou a partir da participação em alguma outra atividade em comum (participação em projetos de extensão, Diretório acadêmico ou atividades relacionadas ao tema do feminismo e diversidade).

Durante o segundo turno presidencial de 2014, seja na página ou no perfil no *facebook* destas militantes, houve uma intensificação de postagens para a defesa da candidatura Dilma Rousseff, relacionando-se ao histórico político, de políticas dirigidas às mulheres que eram defendidas por esta candidatura ou de denúncia de conteúdos machistas contra esta. Tal contexto foi sintomático de maior mobilização, especificamente virtual, e necessidade de demarcação de suas pautas.

A rede de organizações com as quais dialogam e realizam atividades em conjunto, como palestras, colagens e cineclubes, conta com outros coletivos feministas ou ONGs e localmente atuam com o Centro de Referência da Mulher. Uma das integrantes (apontada como a líder) participa de atividades da Marcha Mundial das Mulheres e também de atividade de formação sobre feminismo realizado no Uruguai.

Questionadas sobre o que as incentiva à participação no coletivo, as entrevistadas relataram perceber a mudança do comportamento de homens e mulheres que participaram de palestras ou acessaram a página do *facebook* do coletivo e, ao entrar em contato com o debate sobre o feminismo, perceberem a importância da pauta. Assim, a mudança de percepção sobre o tema, proporcionado por atividades promovidas pelo coletivo podem ser percebidas como incentivos. A entrevista D comenta o seguinte:

Relatos que mulheres identificadas com as pautas e que, tomando contato com o feminismo por meio do coletivo, começaram a indagar sobre suas formas de vida. Alguns homens que mostraram uma mudança comportamental após terem contato com o coletivo, direta ou indiretamente. Seguidores nas redes sociais, pessoas na rua querendo colaborar. Sentir a curiosidade das pessoas e a mudança em muitos deles é gratificante (Entrevista D. Novembro de 2014).

Também aparece como significativo o incentivo de familiares à participação no grupo, o “número de curtidas” na página do *facebook* e também o apoio e incentivo dos demais participantes do grupo. Este último elemento parece ser importante para a continuidade do engajamento, consolidando-se as relações sociais das integrantes para além das atividades do coletivo. Comentou-se ainda da importância do suporte e incentivo oferecido pelo próprio grupo e em especial pela liderança como relevante para a atuação e continuidade da participação.

Sobre possíveis constrangimentos, as entrevistadas apontaram a falta de incentivo no meio acadêmico para a militância, a ridicularização por parte de alguns homens, seja no ambiente da universidade ou no trabalho, assim como a falta de apoio dos pais. Comentários ofensivos no *facebook* também se apresentaram como violência percebida pelas ativistas, seja na página do grupo ou diretamente a cada uma das participantes. Esta esfera virtual, por sinal, parece ser muito importante para a visualização do grupo, tanto para a formação da rede quanto como arena de combate dos valores feministas. É, antes de mais nada, importante como forma de apresentação pública do coletivo.

Para determinar o nível de comprometimento com o grupo, perguntou-se sobre o nível de participação ao indicar se o envolvimento é esporádico (2), frequente (6) ou intenso (3). Tal questão

foi cruzada com a forma de interação com as demais participantes e com a percepção das integrantes se há uma figura considerada como liderança.

Sobre o grau de intensidade da participação, constatou-se que aquelas que participam esporadicamente não estão envolvidas por laços de amizade com as outras integrantes do grupo, tampouco participam de outras atividades militantes, sendo relevante a formação de tais laços densos (para além da militância) para a continuidade e intensidade de participação no grupo. Tais laços constituem relações de confiança que auxiliam na fixação das pessoas no grupo.

Daquelas que relataram participar intensamente do coletivo, todas já se envolveram com outras atividades militantes, como participação político partidária (Partido dos Trabalhadores – PT - e Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), movimento estudantil e projetos de extensão que tratam de temas como diversidade ou democracia, demonstrando posse de capital militante. Ainda, uma destas foi apontada pelas demais participantes (nove respondentes) como liderança do grupo. Esta integrante relatou em entrevista que sua família tem histórico de envolvimento sindical, político partidário (PT) e com movimentos populares.

A minha família esteve sempre relacionada à política partidária e relacionada a movimentos sociais, onde tive contato com as temáticas de gênero. Porém foi no ano que ingressei na Universidade que de fato comecei a participar e estudar o movimento feminista, com grande influência da minha irmã que já militava no movimento (Liderança. 11/2014).

Sua irmã mais velha é de um coletivo feminista de Porto Alegre, com o qual teve contato com o tema. Esta, além da posse do capital militante, conta com capital político, razão pela qual, em nossa interpretação, é diferencial a sua posição dentro do grupo. Também aparece como relevante que a formação da rede de participação do grupo junto a outros coletivos feministas se deu pelo contato oferecido por esta liderança, como por exemplo, a *Marcha Mundial das Mulheres*, o que, por sua vez, foi apresentada por sua irmã.

O histórico familiar aparece, portanto, como relevante para determinar o engajamento, com nove respondentes relatando que seus familiares têm alguma forma de envolvimento político. A identificação da liderança tem como diferencial biográfico além do histórico familiar a participação e ativismo prévio e múltiplo. A referência da entrevista C, além de receber o incentivo de seu irmão para participar do grupo, comenta: “*Meu pai foi militante do PT desde os dezesseis anos até os quarenta anos. Meu tio-avô militante na ditadura militar, que está desaparecido*”.

Importante espaço de oferecimento de participação política é a própria universidade, por

meio de projetos de extensão, ensino ou pesquisa, percebidos pelos respondentes (sete) como ativismo, razão pela qual, neste caso, o aspecto estrutural deve também ser considerado como variável significativo. Ainda, o movimento estudantil (seis respondentes) mostrou ser relevante como espaço de formação de um *ethos* militante.

Considerações Finais

Os dados obtidos junto aos integrantes do coletivo, mesmo não oferecendo a possibilidade de generalização dado o recorte qualitativo servem para somar-se à reflexão sobre incentivos à participação política.

A consideração sobre a presença de prática militante na esfera familiar aparece como relevante para determinar não somente o nível de participação, mas também da posição dos indivíduos dentro do grupo, o que se apresenta na percepção do conjunto sobre o papel a se executar. A entrevistada que é apontada como liderança pelos demais integrantes tem entre seus familiares um histórico de militância político partidário e sindical, por parte de seus pais e no feminismo, por parte de sua irmã mais velha.

Outras ativistas que já tiveram alguma outra forma de participação em espaços de militância, como movimento estudantil, por exemplo, apresentam um nível de participação mais intenso dentro deste grupo.

Os incentivos à participação mais significativos foram: convívio com os outros integrantes, e em especial o apoio da liderança. Para tanto, aparece como central, conforme apontado anteriormente, a realização de reuniões, colagens, exibição de filmes e debates como processos de socialização continuada e apresentação do grupo ao público em geral. Também o embate virtual por meio da página pública no *facebook* serve como forma de demarcação de posições coletivas e, consequentemente, formação da identidade do grupo.

Ademais, parece significativo para o nível de participação e continuidade do ativismo se as integrantes mantêm relações sociais para além das atividades exclusivas do grupo, demonstrando que o engajamento é um processo constante de construção dos agentes e ocorre nos diferentes espaços sociais. Quando os laços sociais são densos os agentes tendem a permanecer no coletivo por mais tempo, o que indica realizar maior número de atividades em conjunto, e consequentemente a manutenção do ativismo.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “Algumas Propriedades dos campos”. *Questões de Sociologia*. RJ: Ed. Marco Zero Ltda., 1983

_____. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. SP, Brasiliense, 1990.

_____. *Meditações Pascalianas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 1999.

DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario. *Social Movements: an introduction*. EUA: Blackwell Publishing, 2006.

FLAM, Helena e KING, Debra. *Emotions and Social Movements*. EUA: Routledge, 2007.

MATONTI, Frédérique e POUPEAU, Franck. “O Capital Militante: uma tentativa de definição”. *Plural – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 13, 2006/2

MCADAM, Doug. “Recruitment do high-risk activism: the case of Freedom Summer”. *The American Journal of Sociology*, vol. 92, nº 1, jul., pp. 64-90. 1986.

_____; PAULSEN, Ronnelle. “Specifying the relationship between social ties and activism”. *The American Journal of Sociology*, vol. 99, nº 3. (Nov., 1993), pp. 640-667.

_____; TARROW, Sidney e TILLY, CHARLES. *Dynamics of Contention*: New York, Cambridge University Press. 2001.

_____; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político”. *Lua Nova*. São Paulo, 76: 11-48, 2009.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. “Significados e Usos sociais da Expertise na militância ambientalista”. *Avá*, nº 15, julho 2009, pg. 161-185.

_____. Posição de Classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 49-77.

_____; PETRARCA, Fernanda Rios. Experiências Militantes, Estilização da Vida e Ativismo Ambiental. *V Encontro Nacional da Anppas*, 2010.

PASSY, Florence. *Socialization, Recruitment, and the Structure/Agency Gap*. A specification of the impact of Networks on Participation in Social Movements. Abril, 2000.

_____. Social Networks Matter. But How? In: DIANI, Mario e MCADAM, Doug. *Social Movements Analysis: The Network Perspective*. Oxford University Press, 2003.

MILITÂNCIA EM COLETIVO FEMINISTA UNIVERSITÁRIO: aspectos relevantes para determinar a 100 participação em espaços políticos | Cassiane Freitas Paixão | Ricardo Gonçalves Severo

_____; GIUGNI, Marco. "Social Networks and Individual Perceptions: Explaining Differential Participation in Social Movements". *Sociological Forum*, Vol. 16, No. 1 (Mar., 2001), pp. 123-153

PETROVIC, Igor; STEKELENBURG, Jacqueliën van; KLANDERMANS, Bert. *Political Socialization and social movements: escaping the political past?* 2013.

SCHUTZ, Alfred. *Sobre Fenomenologia e Relações Sociais*. Petrópolis, Editora Vozes: 2012.

SEIDL, Ernesto. "(Re)pensar os movimentos sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 26, Nº 75. SP: 2011.

SEIDL, Ernesto. "Engajamento e militância associativa em Sergipe". *26ª Reunião da ABA. GT Antropologia, Engajamento Militante e Participação Política*. Porto Seguro/BA, 2008.

_____; "Disposição a militar e lógica de investimentos militantes". *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, nº 2 (59), p. 21-30, maio/ago, 2009.

STEKELENBURG, Jacqueliën Van; KLANDERMANS, Bert. "Individuals in Movements: a social psychology of Contention". In: Klandermans B, Roggeband CM (eds) *The Handbook of Social Movements across Disciplines*. New York: Springer, 157–204, 2007.

_____; KLANDERMANS, Bert. *The social psychology of protest*. Sociopedia.isa, 2010.

_____; The Political Psychology of Protest: sacrificing for a cause. *European Psychologist*. Vol. 18(4):224-234, 2013.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, Tomaz T. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9ª – Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

TOMIZAKI, Kimi; CARVALHO-SILVA, Hamilton H. de; SILVA, Maria G. V. Socialização Política e politização entre famílias do movimento dos trabalhadores sem teto. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 37, nº 137, p. 989-1008, out-dez., 2016.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

PAIXÃO, Cassiane Freitas; SEVERO, Ricardo Gonçalves. Militância em coletivo feminista universitário: aspectos relevantes para determinar a participação em espaços políticos. *Revista Café com Sociologia*. v.6, n.3, p. 85-101, 2017.

Recebido em: 21 de dez. 2016

Aceito em: 04 de mai. 2017